

## 7. O PT e o movimento sindical

Margaret E. Keck

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

KECK, ME. *PT – A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. pp. 232-269. O PT e o movimento sindical. ISBN: 978-85-7982-029-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## 7. O PT E O MOVIMENTO SINDICAL

Apesar do seu desempenho decepcionante nas eleições de 1982, entre 1982 e 1985 o PT conseguiu conservar a simpatia do eleitorado em grau muito maior do que seria de esperar se a votação fosse o único critério para se julgar o seu sucesso. Boa parte do contínuo prestígio do partido veio da sua identificação com um setor combativo do movimento sindical que, durante todo esse período, continuou elaborando novas reivindicações e formas de luta, assim como uma maior sofisticação de sua organização, a fim de estender sua influência a um número cada vez maior de sindicatos e trabalhadores.

A relação entre o movimento sindical e o PT é difícil de analisar, já que não havia vínculos institucionais formais entre os dois. Assim, a relação do partido com o movimento sindical era diferente da que caracterizou os primeiros tempos do Partido Trabalhista Britânico, quando os sindicatos formaram o partido *enquanto sindicatos* e conservaram o controle sobre ele através da instituição do voto em bloco; ou do Partido Social Democrata Alemão, que adotou o princípio de paridade no Congresso de Mannheim de 1906, a fim de dominar todas as decisões que afetavam os interesses tanto dos sindicatos como do partido.<sup>1</sup> Aliás, no PT brasileiro o estabelecimento de uma relação formal era expressamente proibido pelo artigo 521 da legislação trabalhista.<sup>2</sup>

Mesmo assim, com certeza, existia uma relação informal. A fundação do PT deveu-se, em boa parte, à iniciativa de líderes sindicais que, não só continuaram dominando seus órgãos de direção como permaneceram os porta-vozes mais importantes do partido; a imagem nacional do partido ligou-se inextricavelmente à figura de Lula. A presença desses líderes sindicais foi o motivo pelo qual o partido continuou sendo considerado importante apesar do seu fraco desempenho nas eleições. As reivindicações políticas do PT sempre foram muito centradas na questão dos direitos

---

<sup>1</sup> Sobre os primeiros tempos do Partido Trabalhista Britânico, ver Ross McKibbin, *The evolution of the Labour Party 1910-1924* (Oxford, Clarendon Press, 1974). Quanto à Alemanha, ver Carl Schorske, *German social democracy, 1905-1917* (New York, Harper and Row, 1955), p. 49-50.

<sup>2</sup> Adriano Campanhole e Hilton Lobo Campanhole, eds., *Consolidação das Leis do Trabalho*, cit., p. 119.

sindicais. E a dificuldade do partido em estabelecer uma linha de ação formal acerca da questão sindical, ilustrada pelo fato de que ele levou quatro anos para elaborar uma posição sobre esse assunto, foi devida à relutância da sua liderança em assumir o lugar dos sindicatos. O papel do partido era apoiar as iniciativas tomadas pelos sindicatos, e não vice-versa.

A complexa dinâmica das relações entre o partido e o movimento sindical deve ser compreendida em relação à conjuntura na qual se colocaram as exigências dos trabalhadores. O relacionamento era triangular, envolvendo o partido e os sindicatos e vice-versa, bem como o impacto de cada um no contexto político e econômico geral. De particular importância era o nível — nacional ou local — em que os trabalhadores decidiam pressionar por suas reivindicações.

O Partido dos Trabalhadores foi formado na esteira de uma impressionante expansão da atividade sindical. Em 1979 as greves envolveram mais de três milhões de trabalhadores em todo o país. Mesmo assim, a dificuldade de se obter vitórias significativas em nível local convenceu os líderes sindicais envolvidos na fundação do PT da necessidade de intervir na política nacional, a fim de *mudar o contexto* para a ação dos trabalhadores. Eles continuavam encarando os sindicatos como o veículo básico para se conseguir atender às reivindicações dos trabalhadores; a tarefa do partido era criar uma situação mais favorável à atividade dos trabalhadores, e não tomar o lugar deles. O período de organização e legalização do partido e a campanha de 1982 coincidiu com uma época essencialmente defensiva para os sindicatos. Entre 1981 e 1983 as greves dirigiram-se, basicamente, contra as demissões ou contra o atraso no pagamento dos salários.<sup>3</sup> Ao mesmo tempo, os sindicatos estavam envolvidos na formação de organizações nacionais dos trabalhadores, e o PT foi útil ao reforçar a tendência que formou a *Central Única dos Trabalhadores*, CUT, em agosto de 1983. O partido também contribuiu para gerar uma consciência nacional da premência cada vez maior das reivindicações dos trabalhadores.

Um novo avanço na militância sindical e a conquista de reivindicações em nível local começou em 1984, quando houve uma melhora tanto no quadro econômico como no contexto político. Esse

---

<sup>3</sup> Ver *Boletim do DIEESE*, 1981-1983.

progresso também reforçou a tendência dos líderes do PT no sentido de “voltar às bases” — algo um tanto contraditório. Por um lado, parecia que o futuro do PT dependia do fortalecimento do movimento sindical e de outros movimentos sociais. Assim, concentrar o trabalho nessas áreas era importante para o partido enquanto tal. Por outro, se os sindicatos eram cada vez mais capazes de conquistar suas reivindicações diretamente dos empregadores de desempenhar seu papel na política nacional, o partido, em si, tornava-se, em alguns aspectos, menos relevante, ou pelo menos não tão premente, para aqueles que continuavam considerando a melhora do contexto geral para a ação dos trabalhadores um objetivo básico.

Esse capítulo examinará os fatos ocorridos no movimento trabalhista brasileiro no início dos anos 80, e a maneira como esses fatos interagiram com outros na esfera mais estritamente política. Analisará, então, a relação entre o Partido dos Trabalhadores e o movimento trabalhista, considerando tanto as relações institucionais entre o partido e as organizações sindicais como as formas mais difusas de interação.

Com a fundação de novos partidos políticos em 1979-80 e o aparecimento de organizações intersindicais, a ideia de que a expansão reivindicativa dos trabalhadores era apenas mais um elemento no amplo espectro das atividades de oposição da sociedade civil foi, aos poucos, perdendo poder como imagem política. A insistência do Partido dos Trabalhadores na *especificidade* das reivindicações dos trabalhadores dentro da luta democrática foi considerada por muitos líderes da oposição de elite (e também por muitos líderes sindicais) como, na melhor das hipóteses, uma utopia ingênua e, na pior, um fator divisionista e destrutivo. As divergências acerca das estratégias da oposição na esfera política tinham seu equivalente nas diferenças políticas entre os líderes sindicais quanto à melhor maneira de proceder, o quanto pressionar, e até que ponto os trabalhadores e os sindicatos, *por si mesmos*, poderiam conseguir melhoras significativas na sua sorte.

## A ação trabalhista na década de 80

As greves em 1980 encontraram uma reação mais decidida por parte do governo do que as que ocorreram nos dois anos anteriores. Durante a greve dos metalúrgicos naquele ano, São Bernardo foi ocupada por tropas

militares e o sindicato sofreu intervenção. Seus líderes foram presos, expulsos de seus cargos sindicais e acusados de violar a Lei de Segurança Nacional. O endurecimento do governo, juntamente com a recessão econômica do início dos anos 80, fez com que o movimento sindical praticamente abandonasse as greves em larga escala. Contudo, em muitos outros aspectos as tendências principais dos anos 80 foram um desdobramento dos fatos dos anos 70. Uma diferença importante foi a maior importância dos partidos políticos, tanto no nível das eleições sindicais como no das organizações nacionais.

Na primeira metade dos anos 80 a atividade sindical realizou-se em dois níveis organizacionais. Primeiro, uma maior organização nas fábricas alimentou uma tendência crescente para as negociações coletivas, tanto no nível das empresas como das categorias, diminuindo as disputas em tribunais do trabalho. Segundo, enquanto o número de greves industriais de larga escala diminuiu entre 1979-84, o fortalecimento dos laços entre a liderança sindical e as organizações de base refletiu-se no significativo aumento, em 1984, do número de greves curtas e isoladas (de um total de 626 greves, quinhentas ocorreram em fábricas isoladas).<sup>4</sup> Em 1985, as greves em grande escala tornaram-se novamente a regra. Por fim, no início dos anos 80 a liderança sindical deu atenção crescente à criação de organizações intersindicais horizontais em nível nacional.

### **A organização sindical e as reivindicações dos trabalhadores**

Dada a dificuldade em se obter concessões salariais significativas, devido à legislação salarial do governo e à recessão econômica, as reivindicações tenderam a concentrar-se, ao lado das questões puramente salariais, em: a) problemas de estabilidade no emprego; b) frequência dos ajustes salariais (devido ao enorme aumento da inflação); e c) reconhecimento da representação sindical nas fábricas. Todas essas questões estavam presentes no fim dos anos 70, porém aumentaram de importância com a mudança na conjuntura, e cada vez mais passaram a integrar o processo de negociação direta entre os sindicatos e os empregadores.

A estabilidade de emprego, por exemplo, há muito tempo era uma questão em pauta no setor metalúrgico, cujos empregadores utilizavam a

<sup>4</sup> *Brazil Labour Report* (São Paulo), outubro-dezembro de 1984, p. 3.

alta rotatividade para manter os salários baixos. Em 1981 um aumento no nível de desemprego tornou o problema ainda mais premente. Segundo dados do IBGE, em meados de 1981 mais de novecentas mil pessoas perderam o emprego nas seis maiores áreas metropolitanas do Brasil; em agosto calculava-se que havia nessas cidades dois milhões de desempregados.<sup>5</sup> Um estudo do DIEESE, completado em junho de 1981, mostrava uma taxa de desemprego de 12,80% apenas na área metropolitana de São Paulo e, o que é ainda mais dramático, 18,4% de subemprego entre os que estavam empregados.<sup>6</sup> O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) oferecia pouca proteção numa situação de desemprego muito difundida e prolongada.

Os estragos causados pela inflação levaram à exigência de ajustamentos salariais mais frequentes. Em 1979, ao decidir torná-los semestrais, o governo Figueiredo esperava evitar novas ondas de greve; contudo, essa medida deve ser interpretada como uma vitória dos trabalhadores que fizeram greve em 1979. Essa atitude governamental contribuiu para a acentuada queda no número de greves em 1980. De 1980 para 1984 a taxa de inflação subiu de 110,2% para 211%,<sup>7</sup> e o preço dos bens de consumo básicos, sobretudo dos alimentos, aumentou ainda mais depressa. Segundo dados do DIEESE, o tempo de trabalho necessário para se comprar uma cesta básica com o salário mínimo subiu de 138 horas e 3 minutos em 1978 para 163 horas e 44 minutos em 1981. Em 1983, pela primeira vez desde que começou este estudo do DIEESE, o preço da cesta básica foi *superior* ao salário mínimo mensal. Assim, em 1984 os sindicatos exigiram o reajuste salarial trimestral, ou então o pagamento antecipado do reajuste semestral. Muitos sindicatos conseguiram reajustes mais frequentes por meio de negociações diretas com os empregadores.

A exigência de representação sindical nas fábricas assumiu diversas formas, e foi especialmente característica da tendência sindical que acabou se identificando com o PT e com a CUT. Em alguns casos, ela assumiu a

<sup>5</sup> Citado em Luís Roberto Serrano, "Em busca de definições", *Isto é*, 26 de agosto de 1981. Em 1980 o IBGE avaliou a População Economicamente Ativa em 43.235.712 pessoas. Para o ponto de vista de um economista sobre o desemprego, ver Roberto Macedo, "A dimensão social da crise", em Adroaldo Mouro da Silva et alii, *FMI X Brasil: a armadilha da recessão* (São Paulo, Forum Gazeta Mercantil, 1983), p. 217-49.

<sup>6</sup> *Boletim do DIEESE*, 1(1): 13, 1982.

<sup>7</sup> Dados sobre a inflação extraídos do *Almanaque Abril* (São Paulo, Abril, 1983 e 1985).

forma de comissões eleitas nas fábricas, organicamente associadas ao sindicato; em outros, significou a nomeação de delegados sindicais, ou às vezes simplesmente o direito de que a fábrica recebesse a visita de sindicalistas não acompanhados por um representante da empresa. Algumas empresas começaram a reconhecer na prática, e às vezes por contrato, o direito de o sindicato ter uma representação na fábrica.<sup>8</sup> A vantagem do reconhecimento legal, já que na CLT não havia cláusulas determinando a representação em nível de fábrica, era garantir a estes representantes a estabilidade no emprego durante sua gestão; as amplas prerrogativas das empresas de despedir funcionários a seu bel-prazer permitiam um alto grau de arbitrariedade em aceitar ou não as situações criadas na prática. Assim, as questões surgidas a nível da fábrica tornaram-se cada vez mais importantes para os sindicatos, especialmente na indústria avançada de ponta. Negociar essas questões pressupunha o conhecimento das condições locais; assim, os líderes sindicais começaram a cultivar relações com quadros de nível intermediário nas fábricas, capazes de mobilizar o operariado.

Quando Almir Pazzianotto foi nomeado Ministro do Trabalho no governo Tancredo Neves/José Sarney, intensificou-se a tendência para a resolução de disputas por meio de negociações coletivas. Pazzianotto, deputado do PMDB de São Paulo, foi advogado dos metalúrgicos de São Bernardo no fim dos anos 70, e há muito tempo apoiava uma maior autonomia dos sindicatos.<sup>9</sup> Apesar de nenhum dos princípios fundamentais da legislação trabalhista ter sido mudado durante os primeiros anos da Nova República, Pazzianotto muitas vezes absteve-se de intervir, procurando usar sua influência para estimular negociações diretas entre sindicatos e empregadores. As associações de empregadores procuraram adaptar-se à nova situação, oferecendo aos seus membros cursos sobre métodos de negociação coletiva.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> Sobre as reivindicações dos sindicatos de metalúrgicos em 1981-82, ver Márcia de Paula Leite, “Reivindicações sociais dos metalúrgicos”, *Cadernos Cedec* 3, 1984. Os direitos à representação obtidos em negociações contratuais são listados mensalmente no *Boletim do DIEESE*.

<sup>9</sup> Sobre a carreira de Pazzianotto, ver Renato Faleiros, “Entrevista: Almir Pazzianotto Pinto, um doutor em greves”, *Veja*, 21 de maio de 1980, p. 3-6.

<sup>10</sup> “Volta às mesas”, *Isto é*, 25 de setembro de 1985, p. 84-6.

## Organizações nacionais

Os sindicatos também começaram seriamente a construir sua organização a nível nacional. Este processo foi altamente politizado. Entre 1977, quando pela primeira vez se propôs a ideia de realizar uma Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT),<sup>11</sup> e 1981, quando ela por fim se realizou, os primeiros agrupamentos informais de líderes sindicais deram lugar a tendências cada vez mais bem estruturadas, com diferentes visões da organização e da política sindical.

No final de 1978, havia três tendências visíveis dentro do sindicalismo “combativo”. A primeira, que se qualificava como “oposições sindicais”, era composta por sindicalistas vindos das bases, que favoreciam a organização de comissões de fábrica e queriam agir fora da estrutura oficial dos sindicatos. Essa tendência, importante nos períodos de 1966-68 e 1977-79, perdeu algo da sua vitalidade com o crescente ativismo de líderes sindicais dentro da estrutura oficial. A segunda tendência procurava organizar-se para conquistar posições de liderança dentro do movimento sindical, especialmente nas federações e confederações; ela incentivou a criação do grupo “Unidade Sindical” para coordenar as reivindicações e as atividades estaduais e nacionais. Líderes sindicais próximos ao Partido Comunista Brasileiro desempenharam um papel importante nesse grupo. A terceira tendência, os chamados “autênticos”, trabalhava dentro da estrutura sindical, apoiava as organizações de fábrica e a participação das bases, e dava prioridade à independência sindical em relação ao Estado e aos empregadores. Os “autênticos” consideravam que as federações e confederações tinham tão pouca representatividade que não mereciam atenção.<sup>12</sup> Essa tendência foi liderada por Lula e pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> Há três ocasiões diferentes em que foi usado o acrônimo CONCLAT, o que leva a uma certa confusão. A Conferência Nacional da Classe Trabalhadora — CONCLAT — foi realizada em agosto de 1981 na Praia Grande, São Paulo. O Congresso Nacional da Classe Trabalhadora — CONCLAT — foi realizado em São Bernardo em agosto de 1983 e fundou a Central Única dos Trabalhadores — CUT. A terceira CONCLAT, ou Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora, foi fundada num encontro na Praia Grande, SP, em novembro de 1983, por sindicatos que apoiavam uma estratégia sindical diferente da adotada pela CUT.

<sup>12</sup> Sob o sistema da CLT, as eleições para as federações e confederações sindicais baseiam-se no sistema um sindicato-um voto. Assim, o voto do Sindicato dos Metalúrgicos de São

Assim, a Unidade Sindical dava ênfase à pressão institucional (por parte da hierarquia sindical) como o meio potencial de se conquistar as reivindicações sindicais; para as outras tendências, a solução estava na ação direta nos sindicatos e nas fábricas. Ou seja, para a Unidade Sindical as exigências trabalhistas seriam atendidas através da interação direta com instituições estatais (mediadas e apoiadas pelos partidos políticos) — uma tática semelhante à empregada antes de 1964; para os “autênticos”, a luta concentrava-se mais diretamente nas empresas. Mesmo reconhecendo o papel importante desempenhado pelo Estado, não se esperava que ele “concedesse” direitos que já não tivessem sido conquistados na prática. Em outubro de 1979, quando muitos “autênticos” participaram da fundação do Partido dos Trabalhadores, as principais tendências do movimento sindical começaram a identificar-se também com partidos políticos divergentes.

Durante o ano de 1980 aumentaram as tensões entre os “autênticos” e a Unidade Sindical, a propósito da greve dos metalúrgicos de São Bernardo. Embora a greve fosse importante em virtude da sua exigência de representação sindical nas fábricas, pelo uso que fez dos comitês de greve recrutados nas bases, e pelo grau de solidariedade que gerou na comunidade e na Igreja, ela não conseguiu conquistar nenhuma das reivindicações econômicas com que se propusera a desafiar a nova política salarial do governo. Ao contrário das greves de 1978 e 1979, esta não obteve o apoio de um amplo leque de sindicatos; a Unidade Sindical considerou-a uma greve aventureira, capaz de enfraquecer o movimento trabalhista e de fechar o espaço que a abertura do governo até então concedera aos sindicatos.<sup>14</sup>

O ano de 1981, quando a CONCLAT finalmente se realizou, trouxe um aumento drástico de demissões e desemprego. O número de greves

---

Paulo, o maior sindicato da América Latina, que representa mais de 300.000 trabalhadores, tem o mesmo peso do voto de um sindicato de metalúrgicos com apenas algumas centenas de membros.

<sup>13</sup> Os sindicatos combativos ainda eram uma minoria numérica; em 1984, os pelegos controlavam cerca de 70% dos sindicatos brasileiros. Um dos melhores relatos cronológicos sobre as diferentes tendências do movimento sindical durante esse período é o de Clarice Melamed Menezes e Ingrid Sarti, *CONCLAT 1981: a melhor expressão do movimento sindical brasileiro* (Rio de Janeiro, ILDES, 1982).

<sup>14</sup> Sobre a greve dos metalúrgicos em 1980, ver Margaret Keck, “Brazil: metalworkers’ strike”, *NACLA Report on the Americas*, julho-agosto de 1980, p. 42-4; José Alvaro Moisés, *Lições de liberdade e opressão*, cit., p. 161-96. Para críticas à greve, ver Clarice Melamed Menezes e Ingrid Sarti, *CONCLAT 1981...*, cit., p. 29-30.

declinou ainda mais que no ano anterior, e as que ocorreram foram, sobretudo defensivas. Foram comuns as greves contra as demissões; na Ford uma greve conseguiu um acordo-chave, no qual a companhia concordou em reconhecer uma comissão de fábrica eleita pelos operários, cuja primeira tarefa seria negociar os critérios para a readmissão dos demitidos. O acordo da Ford estabeleceu um precedente para as negociações diretas com as empresas quanto às formas de representação nas fábricas.<sup>15</sup> Entretanto, na época em que a CONCLAT seria realizada, a oportunidade de conquistar ganhos econômicos significativos através de greves havia sido essencialmente eliminada, tanto pela mostra de repressão do governo em 1980, indicando que o espaço político para tais ações havia se estreitado, como pela recessão, que estava se agravando. Ficou claro que os sindicatos precisavam discutir uma estratégia para confrontar a nova situação.

A CONCLAT foi um evento histórico. Realizada entre 21 e 23 de agosto de 1981, na Praia Grande, em São Paulo, reuniu 5.247 delegados de 1.126 sindicatos e associações profissionais. As discussões abrangeram um amplo leque de questões: política de seguro social, política salarial, demissões e estabilidade no emprego, reforma agrária, unidade sindical, liberdade, autonomia e organização. Por insistência dos sindicatos liderados por Lula, o plenário aprovou uma moção um tanto diluída, convocando uma discussão sobre a greve geral. O maior problema da CONCLAT surgiu na composição da Comissão Nacional Pró-CUT, órgão que deveria continuar O trabalho da CONCLAT em caráter provisório, estudar as questões envolvidas na formação de uma organização nacional e convocar a próxima CONCLAT. A tentativa da Comissão Executiva de apresentar uma chapa unitária fracassou porque a maioria das posições foi preenchida por partidários da Unidade Sindical. Por fim, duas alternativas foram apresentadas: uma: por Lula e outra por Arnaldo Gonçalves, presidente dos metalúrgicos de Santos. Ambas as chapas continham nomes de candidatos de conciliação. Quando nenhuma das duas chapas obteve uma maioria decisiva, os líderes foram forçados a adotar uma solução de compromisso, concebida, sobretudo por José Francisco da Silva, presidente da CONTAG, na qual os sindicatos rurais preencheriam 23 dos 54 lugares da

---

<sup>15</sup> José Carlos Aguiar Brito, *A tomada da Ford: o nascimento de um sindicato livre* (Petrópolis, Vozes, 1983). O texto do acordo está em *Boletim do DIEESE*, fevereiro de 1982, p. 14-24.

comissão, e cada um dos principais blocos presentes na conferência ocuparia 50% dos restantes.<sup>16</sup>

Uma vez estabelecida, a Pró-CUT ficou seriamente dividida: de um lado um grupo de líderes sindicais, encabeçados pelos metalúrgicos de São Bernardo, que queriam promover o sindicalismo de base e priorizavam a ação direta (especialmente as greves); do outro, os que favoreciam uma abordagem mais moderada, com a criação de uma organização nacional que funcionaria mais a partir de cima, na arena das decisões políticas, do que a partir de baixo, coordenando novas iniciativas das bases. A iminência das eleições de novembro de 1982 complicou ainda mais as coisas, e a competição pelos votos dos trabalhadores entre o PT e o PMDB (no qual participavam membros da Unidade Sindical) aguçou a polarização já existente. Alguns membros da comissão Pró-CUT argumentavam que era impossível realizar uma conferência sindical unitária, em vista da ampla politização em torno das eleições, e sugeriam que ela fosse adiada até 1983. José Francisco da Silva, da CONTAG, defendia essa posição, alegando também que, apesar dos avanços feitos por muitos sindicatos desde a CONCLAT de 1981, as organizações intersindicais não haviam avançado rumo à unificação da luta. Uma nova CONCLAT correria o risco de formar uma organização central não representativa, antes que o assunto fosse suficientemente discutido entre os trabalhadores; seria melhor fortalecer as organizações intersindicais estaduais, e promover mais debates.<sup>17</sup> A tendência de São Bernardo respondia que o mandato da comissão ia apenas até 1982, e que a conferência deveria ser realizada de qualquer maneira. A primeira posição venceu e a conferência foi adiada até agosto de 1983.<sup>18</sup>

<sup>16</sup> Clarice Melamed Menezes e Ingrid Sarti, *CONCLAT 1981...*, cit., p. 43-57. Para bons relatos da época, ver Luís Roberto Serrano, “Em busca de definições”, *Isto é*, 26 de agosto de 1981, p. 70-3; e T. Canuto et alii., “Falamos os trabalhadores”, *Movimento*, 31 de agosto-6 de setembro de 1981, p. 11-4. Depois da CONCLAT, a Comissão Nacional Pró-CUT publicou um livreto chamado *Tudo sobre a CONCLAT* (São Paulo, CIDAS, 1981), contendo as resoluções da conferência e breves entrevistas com figuras importantes.

<sup>17</sup> CONTAG, “Por que decidimos não participar do Congresso da Classe Trabalhadora e somos pelo seu adiamento para 1983”, documento assinado pelo presidente da CONTAG e pelos presidentes de 20 federações de sindicatos rurais.

<sup>18</sup> Para um exemplo das posições da tendência “autêntica”, ver o panfleto “CUT pela base”, produzido pela ANAMPOS, junho de 1982. As minutas da reunião dissidente de um agrupamento da Comissão Pró-CUT, realizada em São Bernardo do Campo em 28-29 de agosto de 1982, e registradas por Maria Helena Moreira Alves, descrevem o debate que se

Apesar da exacerbação do conflito entre a Unidade Sindical e os “autênticos” sobre a questão da CONCLAT, em 1983 a política de austeridade salarial do governo, adotada a mando do FMI, ofereceu uma oportunidade para a ação conjunta. A nova política salarial concretizou-se numa série de decretos-leis, que pretendiam manter os aumentos salariais bem abaixo da taxa da inflação. As novas leis também eliminavam o aspecto redistributivo da política salarial, instituído em 1979, pelo qual os trabalhadores com menores salários recebiam aumentos de 10% a mais que o aumento do índice oficial do custo de vida (INPC).

Os sindicatos reagiram a essas novas medidas com indignação; o arrocho salarial, adotado desde a tomada do poder pelos militares, já havia reduzido o salário mínimo real para cerca de 50% do nível anterior a 1964.<sup>19</sup> No início de julho, uma série de greves da indústria petrolífera culminou numa greve geral de um dia, em 21 de julho de 1983, em protesto contra a lei de austeridade salarial. O presidente dos metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade,<sup>20</sup> teve um papel importante na coordenação dessa greve, esperando, assim, fortalecer suas credenciais como líder sindical combativo. Embora o Partido Comunista se opusesse firmemente à greve, preocupado com o impacto que ela teria sobre o esforço de sua legalização, muitos líderes sindicais do PCB decidiram desafiar a posição do partido. Embora a greve de 21 de julho não fosse geral,<sup>21</sup> sua importância está no fato de ter sido a primeira greve

---

seguiu ao não comparecimento dos que eram a favor do adiamento da conferência. Nessa reunião, decidiu-se participar do encontro de 11-12 de setembro da Pró-CUT, a ser realizado na sede da CONTAG em Brasília, no qual seria tomada uma decisão final acerca da convocação da próxima CONCLAT.

<sup>19</sup> “Salário mínimo”, *Boletim do DIEESE*, Edição Especial, abril de 1983.

<sup>20</sup> Joaquinão, como é chamado, foi nomeado pelos militares em 1965 para substituir o presidente exonerado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Nas duas décadas seguintes ele venceu as eleições sindicais, embora enfrentando a crescente oposição liderada por membros da Pastoral Operária da Igreja Católica. No início dos anos 80, a força da oposição e as mudanças na situação política o obrigaram a tentar livrar-se da sua imagem de pelego.

<sup>21</sup> Líderes sindicais calculam em três milhões o número de grevistas em toda a nação. Em São Paulo houve paralisações significativas na capital e em 18 outras cidades; no Rio Grande do Sul, a greve atingiu Porto Alegre, Canoas e 9 outras cidades. Também houve greves em Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás e Paraná. Para maiores detalhes ver o *Boletim do DIEESE*, julho de 1983, p. 17-8. Ver também Margaret Keck,

explicitamente política desde 1964, e de ter demonstrado que as divisões no movimento trabalhista não excluía uma ação conjunta. Entretanto, a reação do governo parecia premeditada para reforçar essas divisões. A repressão policial aos grevistas em São Paulo foi mais pesada na região do ABC, provocando protestos de deputados estaduais e do presidente em exercício do PMDB, Teotônio Vilela. Os sindicatos que sofreram intervenção por motivo da greve foram aqueles cujos líderes eram filiados ao PT,<sup>22</sup> indicando, por um lado, que eles eram vistos como uma ameaça maior *ao status quo* do que aqueles mais próximos da tendência Unidade Sindical e, por outro, que o governo ainda considerava a repressão pela expulsão dos representantes sindicais como um meio de reduzir a influência dos “autênticos”. Os Metalúrgicos de São Paulo, cujo presidente autoproclamou-se líder da greve, e outros sindicatos que desempenharam papéis importantes não foram tocados. Os líderes dos trabalhadores não limitaram seu protesto aos acontecimentos ligados à greve; dirigiram-se em massa para Brasília para fazer *lobby* contra a aprovação da lei salarial pelo Congresso. Essa pressão foi importante para a derrubada das duas primeiras propostas de leis salariais levadas a votação. Depois de negociações do governo com líderes do Congresso, uma versão um pouco mais branda dessa lei foi aprovada em outubro de 1983.

A ação conjunta em resposta ao arrocho salarial não evitou a batalha que estava se formando em torno da próxima CONCLAT. Formalmente, era uma luta acerca da representação, com a Unidade Sindical pedindo delegações mais amplas, vindas das federações e confederações, e a exclusão da maioria das associações não reconhecidas pela CLT (o que incluía as associações de servidores Públicos). Os “autênticos” queriam a representação fundamentada nos sindicatos e nos delegados vindos das bases, eleitos pelos trabalhadores em números proporcionais ao tamanho da base. Pediam também a criação imediata de uma organização sindical central, ao passo que a Unidade Sindical ainda considerava esta medida precipitada.

Embora a batalha acerca de questões organizacionais tenha precipitado formalmente a ruptura na Pró-CUT, as disputas mais profundas

discutidas anteriormente já haviam tornado cada vez mais remotas as perspectivas de reconciliação. As tendências opostas começaram a dedicar-se cada vez mais a conquistar o controle dos sindicatos cujos dirigentes concorriam às eleições. Seu objetivo explícito não era apenas derrotar a liderança dos pelegos; cada vez mais, expressava também a rivalidade entre as duas tendências militantes. A Pró-CUT rachou formalmente em julho de 1983, e os “autênticos” realizaram uma convenção em São Bernardo em agosto do mesmo ano, com 5.059 delegados de 665 sindicatos e 247 outras organizações trabalhistas. A convenção estabeleceu uma organização intersindical chamada CUT (*Central Única dos Trabalhadores*).<sup>23</sup> A tendência oposta, por sua vez, reuniu-se em novembro na Praia Grande, São Paulo, com 4.254 delegados de 1.258 sindicatos, federações e confederações, e formou uma organização que passou a se chamar CONCLAT (*Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora*), onde a palavra “Coordenação” implicava a rejeição à criação imediata de uma “Organização Central”.

As questões que dividiam as duas tendências não eram fáceis de resolver. As diversas estratégias fundavam-se em diferentes visões da sociedade, as quais, por sua vez, eram fortemente influenciadas pela experiência dos vários líderes sindicais no período autoritário. Analisando as entrevistas com líderes de sindicatos de metalúrgicos, tanto da CUT como da CONCLAT, Roque Aparecido da Silva concluiu que o fato de os primeiros, em geral, terem passado a maior parte do período autoritário como operários de fábrica e os segundos como dirigentes sindicais, produziu visões profundamente divergentes quanto à sociedade. Para os líderes da CONCLAT, a solução dos problemas dos trabalhadores situava-se nas instituições sociais e políticas mais amplas, desde que as regras do jogo fossem mudadas de modo a dar aos trabalhadores uma oportunidade justa. Os líderes da CUT, por outro lado, que haviam experimentado em primeira mão as difíceis condições nas fábricas durante o período autoritário, adotavam uma perspectiva mais sindicalista. Para eles, o problema era estrutural; a solução só podia estar numa ampla transformação social. Uma vez que os trabalhadores não podiam depender

---

“Update on the Brazilian labor movement”, *Latin American Perspectives*, 11 (1): 27-34, Winter 1984.

<sup>22</sup> Foram estes os petroleiros de Paulínia e São José dos Campos (SP) e Mataripe (BA), os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e os bancários e metroviários de São Paulo.

---

<sup>23</sup> O significado do acrônimo CUT é enganador, pois ela não era, de fato, a única organização central criada durante este período.



de aliados em outros setores sociais, eles próprios eram os únicos agentes possíveis dessa transformação.<sup>24</sup>

Nos dois anos seguintes, o sucesso da CUT em relação à CONCLAT não reflete propriamente uma opção consciente dos trabalhadores por uma ampla mudança social; reflete, antes, o fato de que a estratégia de confrontação da CUT, combinada com sua ênfase na negociação direta, gerou ganhos concretos para seus filiados. A ênfase na organização nas fábricas e as relações mais estreitas entre os líderes sindicais e o operariado foi o motivo do sucesso de muitas greves nas fábricas em 1984; um maior grau de união na liderança da CUT facilitou a coordenação de greves em 1985, permitindo que os sindicatos mais fortes apoiassem as reivindicações dos mais fracos. Os líderes da CUT conseguiram fortalecer a identidade e a solidariedade dos sindicatos, assim como o bem-estar material dos seus membros, ampliando, assim, seus recursos organizacionais. Se é verdade que os sindicatos ligados à CONCLAT também conseguiram vitórias durante esse período, a sua heterogeneidade, combinada à sua estratégia geral de conciliação, fez com que ela fosse menos eficiente ao consolidar os frutos dessas vitórias.

O papel do Ministério do Trabalho também foi fundamental para a consolidação da posição da CUT. É verdade que as vitórias nas greves de 1984 muitas vezes ocorreram apesar dos esforços do Ministério; no entanto, o estímulo dado por Pazzianotto às negociações diretas e sua recusa em intervir nas greves proporcionou uma conjuntura mais favorável para a ação coordenada em 1985. Além disso, o novo ministro do Trabalho anulou as restrições legais para a formação de organizações centrais. Naturalmente, a diminuição da repressão beneficiou o setor do movimento operário com maior capacidade de mobilização de seus recursos.

No final de 1985, em particular depois da greve dos bancários ocorrida em setembro, excepcionalmente bem coordenada, a CUT começou a ser reconhecida como a organização predominante no movimento sindical. Seu quadro de associados incluía por volta de 1.250 sindicatos, representando cerca de quinze milhões de trabalha- dores. Em números

---

<sup>24</sup> Roque Aparecido da Silva, “Sindicato e sociedade na palavra dos metalúrgicos”, em Comisión de Movimientos Laborales (CLACSO), *El sindicalismo latinoamericano en los ochenta* (Santiago, CLACSO, s.d.). Esse volume é uma coletânea de textos apresentados num seminário em Santiago do Chile, em 20-23 de maio de 1985.

absolutos de sindicatos a CONCLAT ainda estava na frente, mas essas cifras eram enganadoras; por exemplo, os quatro sindicatos de bancários que pertenciam à CUT representavam mais de 70% dos bancários do país. O Ministério do Trabalho calculou que nos primeiros onze meses de 1985, 6.112.000 trabalhadores participaram de greves; destes, cerca de 60% foram liderados por sindicatos da CUT e a maior parte dos outros 40% recebeu dela algum tipo de apoio.<sup>25</sup>

No início de 1986, muitos líderes da CONCLAT estavam apreensivos a respeito do avanço da CUT, a ponto de decidirem formar uma organização central; uma “coordenação” frouxa não era mais suficiente. Escolhendo o nome de CGT, esses líderes procuravam demonstrar a continuidade histórica do seu movimento. O presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, declarou sua intenção de combater a influência da CUT nos sindicatos, disputando as eleições sindicais com todos os recursos possíveis e demonstrando uma nova retórica militante.

## Os partidos políticos e a organização trabalhista

Como deve ter ficado claro na discussão acima, as tendências divergentes e por fim opostas no setor combativo do movimento sindical já estavam implícitas antes da fundação de novos partidos Políticos. Contudo, quando eles surgiram, as posições sindicais tornaram-se cada vez mais identificadas com as dos partidos políticos.

Isso foi especialmente evidente no caso do grupo dos “autênticos”, em particular porque havia uma superposição significativa entre a liderança sindical e a do PT. É verdade que a CUT incluía diversos sindicatos cujos líderes não estavam envolvidos no Partido dos Trabalhadores; entretanto, ela era dominada, sem dúvida, por sindicalistas que também eram do PT. Em 1985, vários líderes importantes da CUT que ainda não eram do PT entraram no partido, em especial João Paulo Pires Vasconcelos, dos Metalúrgicos de João Monlevade (Minas Gerais) e Paulo Renato Paim, dos Metalúrgicos de Canoas (Rio Grande do Sul).

A identificação partidária na Unidade Sindical e na CONCLAT formada na Praia Grande em novembro de 1983 foi inicialmente um pouco

---

<sup>25</sup> “O que é que a CUT tem”, *Senhor*, 4 de fevereiro de 1986, p. 30-4.

mais complicada devido à ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), dos quais o primeiro era de longe o mais importante. Partidos trotskistas ilegais, também incluídos sob o guarda-chuva do PT e da CUT, de início desempenharam um papel menor, embora ativo. Como aconteceu no PT, o fato de essas organizações ainda serem ilegais complicou o debate entre as diferentes tendências no movimento sindical. Numa entrevista de 1982, Olívio Dutra declarou que a ilegalidade do Partido Comunista, em especial, impossibilitava uma discussão honesta sobre posições partidárias dentro do movimento sindical; os líderes sindicais do Partido Comunista apressaram-se em acusar os líderes sindicais que eram do PT de incentivar posições partidárias dentro dos sindicatos, porém, quando estes tentaram demonstrar que eles agiam da mesma forma, foram acusados de caçadores de comunistas.<sup>26</sup>

Embora a Unidade Sindical e a coordenação da CONCLAT formada em 1983 ficassem associadas, aos olhos do público, a esses partidos e ao PMDB, havia diferenças internas significativas entre os componentes. Como os líderes da CONCLAT decidiram dar um lugar proeminente às federações e confederações, a organização incluía muitos sindicalistas que não participaram do movimento combativo dos anos 70. Além disso, o primeiro presidente da CONCLAT foi José Francisco da Silva, que, antes da ruptura na Pró-CUT, não estava inteiramente identificado nem com a Unidade Sindical, nem com a facção dos “autênticos”. Possuindo uma indiscutível base própria de poder (o número de afiliados dos sindicatos rurais superava o de todos os sindicatos urbanos em conjunto), sua decisão de não comparecer à conferência de São Bernardo em agosto de 1983 foi de importância decisiva para a divisão das organizações nacionais segundo linhas partidárias. Contudo, a heterogeneidade da CONCLAT dificultou o estabelecimento de uma direção clara; sua importância inicial derivava mais do prestígio de seus membros, considerados individualmente, do que das ações propostas ‘pela organização. Em 1985, quando o Partido Comunista foi legalizado, a identificação partidária dos líderes sindicais tornou-se um pouco mais visível. Mesmo assim, em especial dentro da CONCLAT, uma série de deserções de membros do Partido Comunista Brasileiro, que

passaram para outros partidos políticos durante o processo de legalização, complicou a questão de fidelidade partidária.

É difícil avaliar o papel dos partidos na crescente competição entre as tendências sindicais. A rivalidade partidária pela liderança dos sindicatos e das organizações nacionais não se desenvolveu primeiro em outros lugares para depois entrar nos sindicatos a fim de obter apoio da classe trabalhadora, para objetivos formados fora do movimento sindical. Assim, no caso brasileiro, há uma importante diferença entre a luta partidária *pelos* sindicatos e a luta partidária *dentro* dos sindicatos. Embora as disputas pela liderança sindical fossem mencionadas (em especial fora dos sindicatos) em termos partidários, os participantes não haviam mudado e o terreno realmente não se alterara. Até mesmo a incursão de trabalhadores na política eleitoral nas eleições de 1982 não mudou fundamentalmente, para o PT, a separação entre a atividade sindical e a esfera das instituições políticas.

Desde a época da campanha eleitoral de 1978 o PMDB de São Paulo tentou ampliar a sua base de apoio, incluindo na sua chapa alguns líderes sindicais e populares. Fernando Henrique Cardoso, em sua campanha para senador, consultava-se regularmente com líderes sindicais e escolheu para suplente Maurício Soares, um advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Se é verdade que o PMDB conquistou um amplo apoio dos trabalhadores nessas eleições, ele não estabeleceu uma relação contínua com os sindicatos, e os líderes populares eleitos não estavam representados na liderança do partido. A prática da oposição na esfera política tradicional permanecia, em boa medida, um assunto das elites.

O Partido Comunista Brasileiro lidou com esta situação de uma maneira muito semelhante à que sempre tinha adotado, tentando aproximar-se do poder — não do Estado, como no período Populista, mas do futuro Estado, abrigado no principal partido de Oposição. Membros do PCB candidataram-se ao Congresso em chapas do MDB, e mais tarde do PMDB, e participaram ativamente da campanha desse partido. À medida que a transição para um governo civil foi-se aproximando, o partido começou uma Campanha pela legalização — uma situação de que ele havia desfrutado pela última vez em meados da década de 1940. Portanto, a visão que o partido tinha de poder político consistia em trabalhar junto com o setor da oposição que provavelmente ocuparia o poder depois da queda do regime militar. A avaliação geral do PCB sobre a situação política brasileira

<sup>26</sup> Entrevista com Olívio Dutra, Porto Alegre, 14 de dezembro de 1982.

permaneceu bastante semelhante à que formulara nas décadas de 50 e 60, ou seja: a de que o Brasil precisaria experimentar um período de democracia liberal e desenvolvimento econômico até que as condições amadurecessem para a tomada do poder pela classe trabalhadora.

Líderes sindicais próximos ao PCB adotaram uma posição comparável em relação à política sindical. Uma vez que a classe trabalhadora ainda não era suficientemente poderosa para impor sua vontade na sociedade e na esfera política, a estratégia adequada era conquistar a hegemonia ganhando acesso a posições de liderança dentro das organizações de classe já existentes, e esperar obter ganhos substanciais através de alianças políticas com a oposição no governo. Entretanto, com a crescente influência da CUT e a relativa estagnação da CONCLAT em 1985, os líderes sindicais do Partido Comunista começaram a repensar a sua posição. As perdas em várias importantes eleições sindicais para novas lideranças filiadas à CUT — especialmente no Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro — aumentaram a preocupação de que o partido seria deixado para trás se continuasse apoiando a CONCLAT. Ivan Pinheiro, ex-presidente derrotado dos Bancários do Rio e membro do Comitê Central do PC, começou a argumentar que os líderes sindicais do partido deviam transferir-se para a CUT; para discutir essa questão; uma conferência especial do partido foi convocada para março de 1986.<sup>27</sup> Embora a posição de Pinheiro fosse derrotada nesse encontro, a questão permaneceu viva devido à exacerbação da luta pela liderança na CGT e à sua fragmentação no final dos anos 80.

## O Partido dos Trabalhadores e o movimento sindical

Para os líderes sindicais envolvidos na criação do Partido dos Trabalhadores, a ênfase do “novo sindicalismo” nas questões de fábrica e na conquista de novos direitos nas negociações com os empregadores envolvia uma nítida distinção entre, de um lado, a ação industrial e, de outro, a representação política. O PT deveria ser uma extensão da classe trabalhadora organizada institucionalmente em sindicatos e, ao mesmo tempo, ser algo separado; como partido, deveria respeitar a autonomia desses sindicatos. Entretanto, ao mesmo tempo em que deveria permanecer

separado, seu papel era considerado complementar: a greve de 1979, segundo Lula, tinha demonstrado os limites da ação industrial; para conquistar Vitórias expressivas, os trabalhadores precisavam de uma organização política própria, fundada por eles e dirigida por e para eles. O partido não deveria *conduzir* os trabalhadores, mas sim *expressar* na arena política as necessidades e reivindicações que os trabalhadores já sentiam e que iam surgindo nas organizações sociais e sindicais. Assim, a criação do partido era uma resposta estratégica de um setor do movimento sindical para alcançar objetivos já articulados em outras instâncias. O partido deveria ser ao mesmo tempo mais e menos do que os próprios sindicatos: mais em relação ao que poderia atingir, e menos em relação à sua iniciativa ao colocar objetivos e necessidades.

Com a sua institucionalização, o PT enfrentou uma ampla gama de desafios. Enquanto partido competindo na arena eleitoral com outros partidos e reivindicando ao menos uma parcela do poder político, ele tinha de conseguir um apelo mais abrangente.

Esta atração mais ampla baseou-se, num primeiro momento, na questão de classe, afirmando que os direitos dos trabalhadores (e por derivação, os direitos de todos) de participar eram vitais para o processo da democratização, e que outros partidos praticavam uma política elitista que relegava os direitos dos trabalhadores a um plano subordinado. A conclamação do PT à participação, organização e autodeterminação era um apelo para a criação de uma autêntica política de classe e uma estratégia política. A mensagem era “organizem-se nas suas associações de bairro, nos seus sindicatos, definam suas próprias necessidades, entrem no partido, e nós estaremos lá para ajudá-los”. Mas o PT não formulou uma imagem muito clara do que, exatamente, estava envolvido nesse processo da autodeterminação da classe trabalhadora, nem do seu papel específico no desenvolvimento desse processo. Depois das eleições de 1982, os conflitos entre a organização partidária e os seus representantes eleitos, juntamente com declarações de líderes do partido no sentido de que construir organizações sindicais e de base era mais importante do que a atividade no Congresso, complicaram ainda mais as já complexas relações entre o papel independente do partido e sua proposta de expressar demandas e objetivos já articulados pelas bases.

<sup>27</sup> Ver “Jogo aberto no PCB”, *Isto é*, 22 de janeiro de 1986.

A relação do partido com o movimento sindical era muito mais complicada do que parecia. As pessoas que ocupavam a liderança nos principais sindicatos identificados com o PT, os líderes sindicais envolvidos no partido e os dirigentes da CUT criada em São Bernardo em 1983 eram praticamente as mesmas. Seria de se esperar que isso garantisse uma relação harmoniosa, e isso ajuda a explicar por que certos sindicalistas associados ao partido expressavam o mais decidido otimismo quanto ao seu potencial e ao seu progresso. Para melhor compreender a relação entre os dois, é útil examinar rapidamente; a) o papel dos líderes sindicais no partido como um todo; b) o tratamento das questões sindicais nas publicações do partido — tanto nos documentos para discussão interna como nos jornais do partido; e c) a elaboração dos programas de ação do PT e das organizações sindicais. Examinaremos também de que modo o conflito partidário expressou-se no próprio movimento trabalhista, e o papel do PT nesse processo. Também devemos considerar a formação e a prática do PT à luz da experiência histórica da política da classe trabalhadora brasileira. Por fim, discutiremos por que a relação desta com o movimento sindical foi tão importante para determinar o futuro do PT.

Os sindicalistas tiveram uma importância decisiva na formação do Partido dos Trabalhadores. Outros grupos e atores sociais que participaram na fundação do partido foram atraídos pelo potencial de força social e política que as greves de 1978-1979 representaram no Brasil. A participação de Lula foi essencial. Até que ele resolvesse desempenhar um papel decisivo, fundando e incentivando o partido, os outros esperaram. Como líder das greves de São Bernardo e assim, simbolicamente, herói do movimento dos trabalhadores como um todo, ele era o elemento-chave para qualquer nova força política viável da esquerda que pretendesse expressar e construir algo a partir do dinamismo da atividade e da organização dos trabalhadores.

A influência dos sindicalistas nos órgãos dirigentes do PT ficou evidente desde o início. A Comissão Nacional Provisória eleita em janeiro de 1980 tinha onze membros, dos quais dez eram líderes ou ex-líderes sindicais. Essa proporção diminuiu quando uma nova Comissão Provisória foi eleita em junho de 1980; a nova liderança, formada por dez pessoas, incluía seis líderes e militantes sindicais. Na Pré-Convenção Nacional do partido, realizada nos dias 8 e 9 de agosto de 1981 em São Paulo, os critérios para a seleção do primeiro diretório nacional do partido exigiam um estatuto

de que 40% dos seus membros fossem líderes sindicais. Na Comissão Executiva Nacional eleita nessa reunião, oito dos seus doze membros eram ou tinham sido líderes sindicais e dois dos cinco suplentes eram líderes sindicais.<sup>28</sup> A formação da *Articulação dos 113*, discutida no capítulo 5, reafirmou o papel central da liderança dos sindicalistas no partido.

A formação da CUT tornou ainda mais evidente a interligação da liderança partidária com a sindical no nível nacional. As negociações entre diversas facções do movimento sindical envolvidas na formação da CUT demonstraram a contínua importância de Lula, cuja influência pessoal era necessária para que se alcançasse um acordo quanto a uma chapa única. Mesmo assim, o desejo do partido de manter uma separação formal entre a CUT e a liderança partidária evidenciou-se quando Jacó Bittar quis candidatar-se à comissão de coordenação da CUT. Na época, ele era secretário geral do PT, e a política do partido estipulava que ninguém poderia manter ao mesmo tempo uma posição executiva no partido e numa organização sindical de âmbito nacional. Assim, a sua decisão na convenção de concorrer para a Executiva da CUT significava que ele tinha de renunciar à Comissão Executiva do partido. Mais tarde esta regra foi modificada para permitir que ele continuasse como membro da Executiva, mas não como secretário-geral.

A interpenetração entre a liderança do PT e a dos sindicatos mais combativos tornou difícil para o partido desenvolver uma posição a respeito de questões sindicais, ou até mesmo imaginar qual poderia ser essa posição, se não a de apoiar as lutas sindicais. Isso se complicou mais ainda pela metodologia proposta para se elaborar uma posição partidária sobre questões sindicais. As definições iniciais deviam ser discutidas em encontros regionais e nacionais de ativistas sindicais dentro do partido, sendo que os não sindicalistas seriam apenas convidados. Os resultados

---

<sup>28</sup> A Executiva Nacional era composta por Lula (pres.), Olívio Dutra (1º vice-pres.), Manoel da Conceição (2º vice-pres.), Apolônio de Carvalho (3º vice-pres.), Jacó Bittar (sec.-geral), Francisco Weffort (2º sec.), Freitas Deniz (tesoureiro), Clóvis da Silva (2º tes.), Luís Soares Dulci, José Ibrahim e Wagner Benevides. Os suplentes eram Helena Greco, Joaquim Arnaldo, Hélio Bicudo, Eliéser e Luís Eduardo Greenhalg. Seis eram de São Paulo, 5 de Minas Gerais, 2 do Rio Grande do Sul, um de Pernambuco, um do Rio de Janeiro, um do Maranhão e um do Mato Grosso do Sul. Ver “Lula mantém a presidência nacional do PT”, *Folha de S. Paulo*, 10 de agosto de 1981, e “PT vai eleger Lula”, *Jornal do Brasil*, 10 de agosto de 1981.

deviam então ser discutidos pelo partido como um todo. Essas reuniões regionais e nacionais de sindicalistas deveriam considerar a relação entre o partido e os sindicatos, avaliar se o PT devia de fato ter uma política sindical própria, e de que maneira, concretamente, ele deveria agir em relação à questão sindical.

A decisão de tornar a elaboração de uma posição partidária acerca da questão sindical uma responsabilidade dos sindicalistas parece, à primeira vista, coerente com a atitude do partido em relação à autonomia do movimento sindical; entretanto, seus efeitos foram problemáticos, já que essa decisão não conseguiu atribuir um papel independente à ação do partido nas questões sindicais, e aumentou as dificuldades do PT para estabelecer a sua identidade institucional. Durante o ano de 1981, as disputas sobre as preparações para a CONCLAT foram o foco principal de atenção dos sindicalistas no PT, e as suas ações constituíram, na prática, a posição do partido.

Depois da CONCLAT de 1981, decidiu-se criar um órgão especial do partido para organizar a discussão sobre as relações partido-sindicato; estabeleceu-se uma Secretaria Sindical numa reunião do Diretório Nacional realizada de 31 de outubro a 2 de novembro de 1981, coordenada por Olivio Dutra e composta por dezesseis membros. O primeiro documento interno do partido produzido por essa Secretaria determinava diversos princípios para a ação partidária em relação aos sindicatos e listava vários problemas imediatos a serem enfrentados. Primeiro, o documento reiterava o princípio de que os sindicatos deveriam ser autônomos, tanto em relação ao Estado como aos partidos políticos, afirmando que membros do PT não poderiam usar os sindicatos como instrumentos para finalidades partidárias. Nenhuma chapa deveria jamais ser apresentada em eleições sindicais em nome do partido. Por outro lado, o documento declarava que a ação sindical era inevitavelmente política. Embora os sindicatos não deveriam organizar-se segundo divisões políticas, tinham de manter a unidade de representação para todos os trabalhadores de uma determinada categoria ocupacional. Em relação aos membros do partido que militavam nos sindicatos, o documento instava a uma participação contínua na Pró-CUT e na sua secretaria, a uma intervenção mais efetiva em assembleias sindicais conjuntas onde a Unidade Sindical também estivesse presente, e a uma pressão contínua para que se realizasse em 1982 uma Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, de ampla base. O documento também propunha que se

realizasse um encontro nacional de militantes sindicais do PT em São Paulo em 24 e 25 de julho de 1982, precedido por reuniões locais e estaduais.<sup>29</sup>

Esse documento, lançado pela Secretaria Sindical do partido, demonstrava a dificuldade de se fazer uma separação clara entre as questões sindicais e as partidárias. Embora no nível local medidas tais como garantir que as chapas sindicais não concorressem em nome do partido estabelecessem essa distinção, no nível nacional isso não era tão fácil. A luta pelo controle da comissão Pró-CUT e a organização para a CONCLAT programada para agosto de 1982 originava-se em conflitos anteriores à formação do PT; em 1982, porém, essa luta identificou-se com as divisões partidárias. Quando o PT, enquanto partido, estimulou seus militantes sindicais a agirem com mais eficiência em áreas onde a Unidade Sindical estava presente, era claro que estava trabalhando para reforçar a corrente do movimento sindical com a qual se identificava. Evidentemente isso não poderia ter sido diferente, pois havia muitas pessoas que participavam tanto da liderança daquela corrente como da do PT. Entretanto, o partido não utilizou os sindicatos como instrumentos para a sua política; os líderes sindicais é que tentaram agir em duas frentes institucionais diferentes.

Em essência, o problema caracterizava-se pela dificuldade de esses líderes identificarem uma arena institucional distinta onde o partido pudesse agir por si mesmo. Assim, no início dos anos 80, a dinâmica da relação partido-sindicato era extremamente difícil de ser caracterizada porque esse relacionamento concretizava-se na identidade dos indivíduos envolvidos, e não na evolução dos mecanismos de consulta e discussão entre organizações agindo em arenas diferentes. Não se pode nem mesmo dizer que ocorreu uma divisão de trabalho entre o partido e a corrente sindical “autêntica” no desenvolvimento da luta sindical. As discussões primárias em encontros regionais e nacionais dos ativistas sindicais do PT em 1982 concentraram-se na maneira de fortalecer os sindicatos a *partir de dentro*, e no processo de construção de uma organização sindical nacional. O papel do partido era incentivar seus membros a Participar desse processo e dedicar mais espaço às questões trabalhistas nas suas publicações. O partido não tinha nenhum papel autônomo a desempenhar na esfera política, a não ser proclamar a importância da autonomia sindical, ou seja, da independência das organizações sociais e dos sindicatos em relação ao

---

<sup>29</sup> Partido dos Trabalhadores, Diretório Nacional, Secretaria Sindical, “Circular 1/82”, s.d.

Estado, aos empregadores, às instituições religiosas e aos grupos e partidos políticos, incluindo o PT, o qual nasceu no movimento dos trabalhadores, mas não pretende controlá-lo, nem afirma (ao contrário de outros partidos) ser o único representante dos trabalhadores.<sup>30</sup> O partido deveria levar suas propostas aos sindicatos e submeter-se ao processo democrático de assembleias sindicais; destas deveria surgir o processo de fortalecimento do movimento sindical. Em nenhum relatório dos debates desses encontros houve menção, por exemplo, de uma possível ação partidária na arena legislativa, ou das maneiras de se promover a discussão das questões trabalhistas na campanha eleitoral de 1982, que estava em curso.

Um exame do tratamento dado a esses temas no jornal do partido reforça essa avaliação. Havia uma extensa cobertura das greves e das atividades da CUT, mas pouca ênfase em ações especificamente políticas relativas a questões trabalhistas. Num artigo de setembro de 1983 dedicado à campanha do partido contra a política econômica do governo, foram sugeridas várias formas de ação, incluindo panfletagem, vigílias e comícios; apenas no final da lista mencionava-se a necessidade de se mobilizar os deputados do partido para fazer discursos e apresentar moções no Congresso.<sup>31</sup> Num artigo sobre uma campanha contra o desemprego, os objetivos listados incluíam a rejeição do Decreto-Lei 2.045 (uma lei de austeridade salarial aprovada em 1983), a garantia de estabilidade no emprego, a redução da semana de trabalho de 48 para quarenta horas, salário mínimo unificado que refletisse o custo de vida real, escala salarial móvel, indenização por desemprego, rejeição do acordo com o FMI e moratória da dívida externa. Considerava-se que o principal instrumento para se atingir esses fins era a greve geral, conforme determinada pelo Segundo Encontro Nacional dos Sindicalistas do PT, em 21 de julho de 1983. Mais uma vez não se fazia menção de uma campanha política fora dos sindicatos, exceto no que dizia respeito à mobilização do apoio para as reivindicações de uma possível greve geral.<sup>32</sup>

Isso não significa que os representantes eleitos do partido não levantassem questões trabalhistas no Congresso, nem apresentassem projetos de lei destinados a promover a autonomia sindical. Mesmo assim, fica claro a partir da atenção que esses projetos receberam (ou não

<sup>30</sup> “Manifesto do Encontro Nacional Sindical do PT”, 24-25 de julho de 1982.

<sup>31</sup> *PT São Paulo*, setembro 1983, p. 5.

<sup>32</sup> *PT São Paulo*, Edição Especial, setembro 1983, p. 5.

receberam) nas publicações do partido que a atividade legislativa não era considerada um veículo importante para a mudança. O jornal do PT de São Paulo de junho de 1985 oferece um interessante exemplo desse ponto. Ele dedicou uma página e meia a matérias sobre importantes greves que haviam ocorrido no mês anterior. Publicou também um artigo de um quarto de página sobre uma apresentação de advogados do PT ao Diretório Nacional, criticando a proposta feita pelo ministro do Trabalho de uma nova lei de greve. Nesse artigo, havia uma breve menção ao fato de que Djalma Bom, deputado federal do PT, havia apresentado uma proposta de lei em 2 de abril pedindo a revogação das leis de greve existentes, baseando-se no argumento de que não havia necessidade de nenhuma lei de greve, uma vez que fazer greve era um direito básico que precisava apenas de reconhecimento. Não havia uma discussão extensa sobre o projeto de lei de Djalma Bom e a sua apresentação não estava vinculada a uma estratégia partidária geral em relação ao movimento sindical. Apenas dois anos depois, quando as questões trabalhistas tornaram-se um componente importante nos debates da Assembleia Constituinte, é que esse ponto de vista essencialmente sindicalista em relação às questões trabalhistas começou a mudar.

Assim, o papel do partido era estimular e reforçar a ação independente do movimento sindical “autêntico”, e sustentá-la na esfera pública. Esta interpretação míope das possibilidades de ação de um partido da classe trabalhadora teve um impacto significativo no desenvolvimento do PT nos anos seguintes, e reforçou a descontinuação da política institucional depois das eleições de 1982. Não se pode, porém, atribuir essa estreiteza na interpretação do papel do partido simplesmente à falta de experiência política, embora este fator possa ter tido influência, tampouco à falta de imaginação. A explicação encontra-se, sobretudo, na dinâmica do que estava acontecendo na época dentro do próprio movimento sindical e na maneira como os petistas interpretavam a experiência histórica da classe trabalhadora brasileira.

A liderança do PT levava muito a sério a questão da autonomia sindical. Os líderes sindicais que fundaram o partido interpretavam a história da relação do movimento sindical com a política brasileira como uma história de subordinação — tanto ao Estado, sob a forma de corporativismo, como aos partidos políticos. Considerava-se que tanto o PTB como o Partido Comunista haviam utilizado a mobilização dos

trabalhadores para servir a objetivos definidos em outras instâncias. A relação do PT com o movimento sindical devia ser diferente; no mínimo, era o partido que deveria subordinar-se a esse movimento, apresentando na arena política os objetivos definidos nos sindicatos.

Na prática, a autonomia era difícil de definir. O PT tinha muitas características de um partido trabalhista, mas não o era completamente. Ele visava reunir muitos grupos excluídos, não somente os trabalhadores organizados, e sua atuação nas eleições de 1985 indicava que podia apelar também para um substancial voto de protesto da classe média. Mas embora o partido e o movimento sindical seguissem por caminhos separados de desenvolvimento, havia uma boa dose de interdependência entre os dois.

É útil identificar três momentos na relação do partido com o movimento sindical: da fundação do PT, em 1979, até as eleições de 1982; de novembro de 1982 a novembro de 1985; e o período que se inicia após o pleito de novembro de 1985.

Durante o primeiro período os líderes sindicais viam a formação do PT como uma maneira de fazer com que as reivindicações dos trabalhadores fossem ouvidas numa esfera pública mais ampla. O partido era ainda, sobretudo, um potencial, mas um potencial para um fórum nacional e uma maneira de ampliar a participação dos trabalhadores nas instituições políticas. Se é verdade que o partido negava, em incontáveis declarações, a legitimidade do sistema existente, ele fez esforços extraordinários para preencher os requisitos burocráticos necessários para tornar-se legal e permanecer na legalidade. Apesar da posição oficial do partido de que uma mudança real não poderia ocorrer através de eleições, era claro que levava a sério a possibilidade de se eleger líderes da classe trabalhadora. Em São Paulo, ao menos, o partido ofereceu um apoio extra para os candidatos sindicalistas nas eleições de 1982. O destaque nacional conseguido por líderes do PT de origem sindical aumentou o prestígio da corrente sindicalista que os produziu, e serviu de voz para as estratégias propostas no movimento relativo à luta pela criação de uma organização sindical central.

O ano de 1982 representou uma importante virada. Dentro do movimento sindical, marcou a confirmação de uma séria dissidência interna quanto à criação de uma organização central; na esfera política, trouxe as primeiras eleições do período de transição. É claro que os dois acontecimentos estavam relacionados: as diferenças partidárias

exacerbavam as divergências, que já eram grandes, entre os líderes sindicais, servindo como foco de desconfiança e de recriminação. Por vezes os debates substanciais eram substituídos por acusações de se estar promovendo dissidências partidárias, obscurecendo-se assim as diferenças estratégicas subjacentes. As eleições serviram como uma desculpa conveniente para se adiar a criação de uma organização central, com a justificativa de que as divisões eleitorais impossibilitavam a união sindical. A incapacidade de os “autênticos” forçarem a convocação de uma conferência em 1982 parecia condená-los a uma posição marginal no movimento sindical, reforçando sua postura de confrontação.

Vários meses depois o desempenho do PT nas urnas, muito abaixo do esperado, parecia confirmar seu próprio discurso sobre a impossibilidade de se esperar mudanças decisivas através de eleições. Foram abundantes as discussões sobre o que aconteceu de errado, mas aparentemente elas não produziram resultados. Durante pelo menos seis meses depois das eleições, o partido parecia governado pela inércia. Disputas internas, tais como a que logo emergiu em Diadema, e os conflitos entre deputados e líderes do partido pareciam insolúveis. Para os líderes sindicais atolados nas confusões da política partidária, a formação da CUT, em agosto de 1983, chegou como uma lufada de ar fresco. A decisão de Jacó Bittar, na convenção de fundação da CUT, de candidatar-se para seu órgão executivo — mesmo que isso acarretasse abandonar a Comissão Executiva do partido — ilustra a importância relativa atribuída às duas organizações. Mais tarde, outros líderes sindicais demonstraram uma postura semelhante; em meados de 1984, quando o presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, e o vice-presidente, Olívio Dutra, decidiram concorrer às eleições nos seus respectivos sindicatos, eles não levaram suas decisões para discussão na Executiva do partido. Ao contrário da decisão de Bittar de integrar-se na Executiva da CUT, a participação em órgãos de liderança dos sindicatos locais não exigia que Lula e Olívio Dutra se demitissem dos seus cargos no PT.

O impacto principal de suas decisões recaía sobre quanto tempo seria empregado à atividade partidária. No caso de Olívio Dutra, provavelmente isso não era tão importante, uma vez que ele antes trabalhava como bancário em tempo integral. Para Lula, porém, que se havia dedicado inteiramente à presidência do partido, a volta ao sindicato tinha uma importância tanto prática como simbólica. Estas ações representavam uma

clara percepção de que entre 1983 e 1985, o movimento sindical era uma arena de ação mais dinâmica e importante do que o partido.

Durante o período de “volta às bases”, caracterizado pela importância relativamente menor que tanto os militantes dos sindicatos e dos movimentos sociais petistas, como os líderes do partido atribuíam à atividade partidária (com a única e importante exceção do movimento pelas eleições diretas — exceção notável porque aqui não havia distinção essencial entre as atividades do movimento e de partido), é provável que o PT tenha se beneficiado da sua ampla associação com a CUT. A CUT, ao contrário do PT, estava crescendo e conquistando vitórias significativas. Enquanto na arena política o partido passava de crise em crise, na arena sindical a sua imagem estava substancialmente reforçada.

Outra virada importante, tanto no aspecto sindical como partidário, ocorreu em 1985. Com a coordenação de greves em larga escala, o crescimento contínuo, as vitórias em eleições em vários sindicatos considerados como redutos da CONCLAT e a passagem de diversos sindicatos importantes da CONCLAT para a CUT, esta última começou a ser reconhecida como a organização sindical mais importante. Como disse Ivan Pinheiro, quando propôs que os sindicalistas do Partido Comunista transferissem seu apoio para a CUT, esta era agora o eixo em torno do qual a união sindical teria de se organizar. No fim dos anos 80, os que apoiavam a CUT também venceram eleições num número cada vez maior de sindicatos rurais. Além disso, ganharam destaque especial na Bahia, no Pará e em outras regiões da Amazônia. Embora os delegados rurais presentes no primeiro congresso da CUT representassem, sobretudo as oposições sindicais, por ocasião do terceiro, em 1988, cerca de metade deles eram dirigentes sindicais. No final dos anos 80, o avanço das organizações *white collar*, colarinho branco, também beneficiou basicamente a CUT.

Ao mesmo tempo, nas eleições de 1985 para a prefeitura das capitais estaduais, o PT teve um desempenho melhor do que esperavam até mesmo os seus apoiadores mais otimistas. Pode-se assumir que boa parte desse sucesso foi devido ao voto de protesto; mesmo assim, o potencial do partido de cristalizar o descontentamento em relação à “Nova República” lhe deu, pela primeira vez, o reconhecimento nacional como uma força política com a qual se tinha de contar.

O fortalecimento simultâneo do PT como partido e do movimento sindical como uma força cada vez mais autônoma levou a uma

complexidade crescente nas relações entre os dois. Sindicatos liderados por membros do PMDB (por exemplo, os Metalúrgicos de Osasco [São Paulo] liderados por Antonio Toschi) e do PDT (especialmente no Rio de Janeiro) entraram na CUT e começaram a desempenhar um importante papel no fortalecimento da organização. No terceiro congresso da CUT, em 1988, a fim de reforçar seu poder institucional, a corrente dominante (Articulação) conseguiu mudar as regras. As alterações destinavam-se a fazer com que os congressos da CUT refletissem mais acuradamente a força real da organização no movimento sindical, limitando a participação a delegados de sindicatos filiados à CUT, tornando as delegações proporcionais ao número de membros do sindicato (e não ao de trabalhadores dentro da jurisdição do sindicato) e, no caso das delegações das oposições sindicais, proporcionais ao número de votos que tinham recebido nas últimas eleições sindicais. Os congressos passaram a ser trienais, em vez de bienais.<sup>33</sup> Esperava-se que essas mudanças também reforçassem o posicionamento da Articulação frente às correntes minoritárias, que acusavam o grupo líder de uma excessiva burocratização.

Os líderes do PT, por sua vez, reconheceram sua dificuldade para definir a relação entre o partido e a central sindical. Como disse Lula, “nós não sabíamos o que deveríamos priorizar, se era o PT, se era a CUT. Os dirigentes eram os mesmos. Nós buscávamos dividir os nossos espaços, os nossos tempos, entre tentar construir a central e o partido”.<sup>34</sup> À medida que tanto o PT como a CUT tornavam-se mais institucionalizados, o primeiro começou a adquirir confiança política para criticar a segunda — mesmo em público — por atos que considerava incorretos, sem temer que o edifício inteiro da solidariedade da classe trabalhadora desmoronasse. Isto aconteceu, por exemplo, no caso da convocação à greve geral de 1987, quando líderes do partido criticaram publicamente a liderança da CUT por não ter dado suficiente atenção à relutância das bases em entrar no movimento. Contudo, não se deve considerar que o desenvolvimento de uma relação mais complexa entre o Partido dos Trabalhadores e a CUT significa o abandono, por parte dos líderes do partido, da concepção do

<sup>33</sup> Ver Leôncio Martins Rodrigues, *CUT: os militantes e a ideologia* (São Paulo, Paz e Terra, 1990), p. 21.

<sup>34</sup> Entrevista com Luís Inácio Lula da Silva, em Aloísio Mercadante, “A relação partido/sindicato”, INCA, *Cadernos de Debate* 1, 1987, p. 25, citado em Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, *Pra que PT* (São Paulo, Cortez, 1989), p. 160.



movimento sindical como a pedra fundamental do edifício do partido. Isso ficou evidente num comentário que Lula fez sobre a eleição de Luí Gushiken, líder dos bancários de São Paulo e deputado federal, como terceiro presidente do partido: “no dia em que o PT não tiver presidente sindicalista, estará descaracterizado”.<sup>35</sup>

### **Para além de São Bernardo: repensando a classe trabalhadora**

Durante sua primeira década de existência, o PT insistiu repetidas vezes na sua identidade como um partido da classe trabalhadora. Nas primeiras discussões do partido, a definição sobre o que isso significava expandiu-se, passando de uma pequena base entre os operários especializados — basicamente metalúrgicos — para incluir uma ampla gama de trabalhadores organizados e uma variedade de movimentos sociais. Mesmo assim, desde o início, o partido também atraiu intelectuais e profissionais liberais. A pesquisa realizada pela *Isto é* sobre os candidatos às eleições de 1982, discutida no capítulo 6, já assinalava o número de candidatos do PT que eram profissionais liberais. Nas eleições para prefeito em 1985, predominaram os de classe média, numa clara alusão do esforço do partido (bem maior do que em 1982) em angariar os votos dessa parcela da população. Um exame do perfil ocupacional dos candidatos do PT em São Paulo em 1986, dos seus deputados e da sua liderança nacional confirma a predominância das ocupações *white collar*, às quais, juntamente com os metalúrgicos, constituem a grande maioria das chapas do PT.<sup>36</sup> A configuração resultante levou o sociólogo Leôncio Martins Rodrigues, no final dos anos 80, a fazer uma afirmação altamente polêmica de que o Partido dos Trabalhadores deveria ser caracterizado como

*...um partido de classe média assalariada, notadamente de profissionais liberais e outras profissões intelectuais, sendo minoritária tanto a proporção de trabalhadores manuais como a de membros das classes altas, e praticamente inexistente a de proprietários (pequenos, médios ou grandes).*<sup>37</sup> (Grifo do autor)

<sup>35</sup> “Lula faz ataques a Brizola”, *Folha de S. Paulo*, 12 de dezembro de 1988, p. A-5.

<sup>36</sup> Esses dados estão em Leôncio Martins Rodrigues, *Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política* (São Paulo, Ática, 1990), p. 17-24.

<sup>37</sup> Idem, *ibidem*, p. 25.

O argumento de Leôncio Martins Rodrigues demonstrou ser extremamente perturbador para muitos líderes do PT. Ele também levantou (explicitamente) questões a respeito da minha própria caracterização, na tese em que esta pesquisa apareceu pela primeira vez, sobre o papel central dos sindicalistas no partido,<sup>38</sup> criticando-me por não fazer distinção entre o sindicalismo industrial e o de classe média. Sua crítica é válida e seus estudos sobre a composição social da liderança do PT e dos delegados aos congressos da CUT<sup>39</sup> oferecem importantes esclarecimentos sobre ambas as categorias. Tomados em conjunto, os dados desses dois estudos indicam uma interessante linha de interpretação da tendência, que foi cada vez mais forte do PT na segunda metade dos anos 80, de ampliar seu poder de atração para além do seu primitivo foco no operariado fabril — uma interpretação que, é interessante notar, confirma a importância da relação do partido com o movimento sindical organizado.

Na sua análise das delegações petistas aos primeiros três congressos da CUT, Rodrigues nota que o setor de serviços (profissionais liberais, bancários e trabalhadores da área de transportes) e o dos servidores públicos foram os que mais cresceram. Isso reflete o enorme crescimento do sindicalismo *white collar* no Brasil durante a década de 80. Mesmo antes de receberem o direito de organizar sindicatos, garantido pela Constituição de 1987, os professores, outros profissionais e servidores públicos criaram associações que muitas vezes conseguiram na prática o reconhecimento por parte dos empregadores, assim como a capacidade de negociar em nome dos seus representados. As greves de trabalhadores *white collar*, embora menos numerosas antes de 1986 do que as dos trabalhadores fabris, superaram estas últimas em termos de dias de trabalho perdidos, em virtude da sua duração e do número de grevistas envolvidos; as greves de professores e médicos tendiam a ser especialmente longas. Em 1987, as greves de trabalhadores *white collar* excederam as dos trabalhadores fabris em números absolutos.<sup>40</sup>

Depois que a nova Constituição possibilitou o sindicalismo no setor público, a organização proliferou; embora ainda não estejam disponíveis

<sup>38</sup> Idem, *ibidem*, p. 9.

<sup>39</sup> Leôncio Martins Rodrigues, *CUT: os militantes e a ideologia*, Cit.

<sup>40</sup> Eduardo Garuti Noronha, “Relações trabalhistas”, *Brasil 1987*, Relatório sobre a situação social do país (Texto do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, UNICAMP, 1987), citado em Leôncio Martins Rodrigues, *CUT: os militantes e a ideologia*, cit., p. 52.

dados confiáveis, um advogado trabalhista brasileiro estimou recentemente que desde 1988 cerca de três mil sindicatos solicitaram reconhecimento, dos quais a grande maioria é do setor público e de categorias *white collar*. O dinamismo e a militância do sindicalismo *white collar* — em particular dos professores, bancários e funcionários públicos — tiveram um grande impacto no desenvolvimento da CUT e o número dos representantes desses sindicatos na executiva da CUT vem aumentando constantemente.<sup>41</sup>

A expansão do sindicalismo *white collar* teve dois efeitos importantes, e talvez contraditórios, no movimento sindical e, de maneira colateral, no PT. Um foi aumentar a presença de grupos radicais de esquerda — que, segundo Rodrigues, antes da formação de associações e sindicatos de empregados com bom nível de instrução, estavam mais ou menos confinados aos *campi* das universidades —, em cargos sindicais e na CUT.<sup>42</sup> Embora a esquerda radical tenha tido, de fato, algum peso nos sindicatos industriais antes do fim dos anos 80, o aumento do sindicalismo *white collar* sem dúvida reforçou sua posição no movimento sindical como um todo. Por sua vez, a importância da esquerda radical nos sindicatos dificultou para aqueles que se opunham à sua presença no PT, o argumento de que se tratava de grupos pequenos e não representativos. Assim, essa mudança na composição do movimento sindical foi acompanhada por uma crescente divisão em facções, alimentando a contínua batalha dentro da CUT entre os que eram a favor de uma maior institucionalização e da ênfase nas questões sindicais e os que desejavam que a organização desempenhasse um papel mais politizado, como líder de um movimento das classes trabalhadoras. Esta última posição tenderia a minimizar a diferenciação de papéis entre a CUT e o PT.

O segundo efeito é mais difícil de medir e deve ser colocado como uma hipótese cuja verificação requer mais distância no tempo e também mais pesquisas. Pode ser que o avanço do sindicalismo *white collar*, a sua militância e sua crescente importância nas novas instituições do movimento trabalhista brasileiro estejam causando mudanças importantes, e em boa parte não percebidas, no conceito que tanto o PT como a CUT fazem da classe trabalhadora. Se o paradigma das lutas trabalhistas do final dos anos 70 foram as greves dos metalúrgicos em São Bernardo do Campo, pode-se afirmar que as greves paradigmáticas dos anos 80 foram as dos bancários e

professores. Tanto o segundo presidente do PT, Olívio Dutra, como o terceiro, Luís Gushiken, eram bancários. Deixando de lado no momento a questão da possível convergência entre os níveis salariais dos operários especializados e de muitos setores *white collar*, o conceito de classe trabalhadora pode ter sido redefinido, e a convergência nas formas de organização e de luta tornou-se um ponto de referência mais básico do que os indicadores mais tradicionais de estratificação social. Boa parte do desânimo com que foi recebida a análise de Rodrigues da composição social das lideranças do PT deve-se, provavelmente, à dissonância entre a sua caracterização e este novo conceito, que corresponde muito mais estreitamente à noção de Przeworski de luta de classes política do que aos modelos marxistas mais tradicionais.

Przeworski afirmava que “a luta de classes política é uma luta a respeito de classes, antes de ser uma luta entre as classes”.<sup>43</sup>

As relações sociais — econômicas, políticas ou ideológicas — não são algo que as pessoas “desempenham”\* de maneiras que refletem os lugares que elas ocupam, mas são uma luta de opções dadas num determinado momento na história. [...] ... é necessário perceber que as classes formam-se no curso das lutas, que essas lutas são estruturadas por condições econômicas, políticas e ideológicas sob as quais elas ocorrem, e que estas condições objetivas — simultaneamente econômicas, políticas e ideológicas — moldam a prática dos movimentos que procuram organizar os trabalhadores numa classe.<sup>44</sup>

No caso da CUT e do PT, a conjunção entre as formas de organização e luta dos novos sindicalistas de “classe média” e as organizações sindicais urbanas e rurais mais tradicionais cedeu a primazia à identidade política, acima das distinções tradicionais de classe. Para o PT, as implicações dessa convergência podem ter sido maiores do que já se admitiu. Provavelmente ela foi um fator importante, facilitando a transição do discurso partidário do início dos anos 80, que identificava seu eleitorado segundo as experiências básicas dos seus fundadores, e o discurso mais abrangente adotado no decurso da década. Quando os candidatos a cargos eletivos eram sindicalistas de classe média, eles criavam uma ponte entre os dois posicionamentos.

<sup>41</sup> Leôncio Martins Rodrigues, *CUT: os militantes e a ideologia*, cit., p. 64.

<sup>42</sup> Idem, *ibidem*, p. 51.

<sup>43</sup> Adam Przeworski, *Capitalism and social democracy*, cit., p. 71.

\* No original inglês, “act out”. (N. da T.)

<sup>44</sup> Idem, *ibidem*, p.73, p.69.

## Conclusões

Em suma, durante os anos de formação do partido, a relação entre o PT e um setor cada vez mais autônomo e combativo do movimento sindical foi de reforço mútuo. Embora independentes do ponto de vista organizacional, em diferentes pontos de sua fase inicial de desenvolvimento cada um desempenhou um papel importante, proporcionando uma aparência de força quando não se dispunha de outros indicadores de poder, mais convencionais. A organização e a legalização do PT ajudaram os líderes sindicais “autênticos” a coordenar suas atividades e a articular suas diferenças com as práticas mais tradicionais do sindicalismo brasileiro. Por sua vez, a crescente força da organização sindical identificada com o PT ajudou a dar ao partido a aparência de que ele possuía recursos importantes de poder no nível da sociedade, o que mitigou, em certo grau, o impacto devastador da sua derrota eleitoral em 1982. Por fim, mudanças na composição social do movimento sindical produziram uma concepção mais ampla da identidade da classe trabalhadora.

É interessante considerar esses fatos em termos da tipologia de troca formulada por Lange e Ross em seu estudo sobre os movimentos sindicais europeus.<sup>45</sup> Esses autores vêem os sindicatos como “sistemas de mediação e troca regularizada”, cuja capacidade de mediação é função do quanto os trabalhadores desejam a mediação sindical, por um lado, e do quanto os empregadores ou outros atores políticos relevantes necessitam ou consideram útil essa mediação em relação aos trabalhadores, por outro.<sup>46</sup> Assim, os sindicatos precisam de um apoio coercitivo ou devem conquistar a aprovação dos trabalhadores; esta se consegue através de uma troca entre os sindicatos e seus apoiadores, para a qual os recursos são conquistados em outro conjunto de trocas entre os sindicatos e outros atores participantes no contexto. Lange e Ross chamam esses recursos de incentivos e os classificam como “materiais” (salários, condições de trabalho, horas e assim por diante); “relativos aos fins do movimento” (políticos — conciliação e negociação dentro das regras do jogo, que produz bens políticos em termos de programas de ação e cria relações úteis com outros atores); “de

<sup>45</sup> Peter Lange e George Ross, “Conclusions: French and Italian union developments”, em Peter Lange, George Ross e Maurizio Vannicelli, *Unions, change and crisis: French and Italian union strategy and the political economy, 1945-1980* (London, Allen & Unwin, 1982).

<sup>46</sup> Idem, *ibidem*, p. 220.

identidade” (identificação com os valores e direitos personificados na organização); e “de sociabilidade” (solidariedade social, laços interpessoais, evidentes, sobretudo durante os períodos de fundação dos sindicatos).<sup>47</sup> A aprovação é gerada através de um ou vários desses incentivos, dependendo dos recursos disponíveis; o incentivo material é sempre o mais básico, mas raramente é o único.<sup>48</sup>

Assim, os sindicatos oferecem aos empregadores um potencial de regularidade e de controle social dos trabalhadores, e oferecem ao Estado a aprovação político-econômica dos apoiadores — em outras palavras, legitimidade. Aos partidos políticos, os sindicatos podem oferecer votos, militância, ou um comportamento que pode melhorar as chances do partido em troca de incentivos. Os sindicatos agem tanto na arena política como na do mercado, e sua ênfase estratégica depende de diversas variáveis. Na arena política estas podem incluir a composição partidária do governo, a organização do Estado e o grau em que ele preenche funções que de outra forma são desempenhadas pelas negociações coletivas (por exemplo, fixação dos salários) e a dinâmica competitiva entre partidos que têm vínculos com os sindicatos, ou que buscam o apoio destes. As variáveis de mercado incluem a força e a coesão dos sindicatos e o grau de implantação destes nas fábricas, o papel e o grau de institucionalização das negociações coletivas e as condições da economia como um todo.<sup>49</sup>

Portanto, os sindicatos devem ser examinados sob o aspecto de sua relação com suas bases, isto é, do nível de organização, do grau de centralização e descentralização e dos recursos que podem ser dados em troca de apoio. A relação entre sindicatos e empregadores com certos partidos políticos e com o Estado determinará, em boa medida, a disponibilidade e o tipo de recursos a serem usados. Por fim, as estratégias e incentivos tradicionalmente utilizados por cada sindicato devem ser levados em consideração para se determinar de que maneira a história de um sindicato ou de um movimento trabalhista condiciona a sua visão das opções estratégicas disponíveis. Os autores consideram a “mudança vinda de baixo” como algo possível em dois casos: ou quando um grande número

<sup>47</sup> Idem, *ibidem*, p. 221-2.

<sup>48</sup> Quanto a esse ponto, ver também Adam Przeworski, “Material bases of consent: economics and politics in a hegemonic system”, *Political Power and Social Theory*, 1, 1980, p. 21-66.

<sup>49</sup> Peter Lange e George Ross, “Conclusions...”, *cit.*, p. 273-5.

de filiações de “novos trabalhadores” traz mudanças no tipo de reivindicações colocadas, ou quando uma mudança nos sistemas de incentivo sindicais interage com o efeito de outras mudanças sócio-econômicas e políticas nos desejos dos trabalhadores.<sup>50</sup>

Embora essa abordagem tenha partido de um estudo sobre o movimento sindical europeu, cuja história e características são, evidentemente, muito diferentes da brasileira, seu valor é mais genérico. Quando os autores identificam variáveis organizacionais e relacionais, eles não assumem um sistema particular de relações trabalhistas, mas apenas que “a mediação no mercado de trabalho, ou a tentativa de realizar essa mediação, é a característica comum de todas as instituições que nós consideramos como sindicatos”.<sup>51</sup> É claro que no Brasil a mistura de coerção e aprovação é diferente da que se aplica nos casos europeus estudados pelos autores. Entretanto, dada a existência de uma relação de consentimento, precisamos observar atentamente os mecanismos de relações sindicais, tanto dentro dos sindicatos como entre estes e outros agentes sociais.

Se é preciso gerar o consentimento, deve haver uma relação que ofereça mais do que controle de um lado e passividade do outro.

No Brasil, durante um período em que foi reduzida a capacidade da classe trabalhadora de agir efetivamente na arena do mercado, a formação de um partido político fortaleceu a identidade e a solidariedade entre os trabalhadores. Quando a situação do mercado de trabalho e a conjuntura política **geral** tornaram-se mais favoráveis, em 1984 e 1985, os ganhos anteriores em identidade e solidariedade proporcionaram importantes recursos para os sindicatos, que passaram a mobilizar os trabalhadores e a organizar greves para tirar vantagens deste novo contexto. Embora a conjuntura política tenha permanecido importante para reduzir a probabilidade de repressão<sup>52</sup> e para incentivar novos métodos de resolução de conflitos (isto é, as negociações coletivas), a relação entre os sindicatos e o partido tornou-se menos importante para os sindicatos; a identidade e a solidariedade, como fontes de legitimidade da liderança, foram estimuladas pelos ganhos materiais.

---

<sup>50</sup> Idem, *ibidem*, p. 277.

<sup>51</sup> Idem, *ibidem*, p. 219.

<sup>52</sup> Uma discussão sobre a repressão e a oportunidade para a ação coletiva se encontra em Charles Tilly, *From mobilization to revolution* (Reading, Addison Wesley, 1978), capítulo 4.

A modificação que este processo representa nos “sistemas de incentivo” sindicais, interagindo com o efeito de outras modificações sócio-econômicas e políticas, parece representar um potencial para uma “mudança vinda de baixo”. A mudança conjuntural envolvida no tipo de transição conservadora iniciada no Brasil talvez não tenha envolvido uma ação intencional por parte das elites para permitir que tais alterações ocorressem. Porém, a capacidade de os sindicatos aumentarem seus recursos de poder, adotando estratégias destinadas a aproveitar os “incentivos” materiais e políticos (“relativos aos fins”), transformou-os em atores relevantes no novo jogo político.

A importância do contexto político para a organização sindical na década de 1980 torna-se especialmente evidente quando consideramos que essa década foi marcada pela estagnação econômica no país como um todo. Os estudos sobre sindicalismo não nos levam a esperar um grande avanço na organização sindical durante um período desse tipo. Neste contexto, porém, vale a pena reiterar a conclusão extraída por Shorter e Tilly do estudo que fizeram sobre as greves na França, ou seja, que grandes mobilizações trabalhistas tendem a ocorrer em momentos críticos para os interesses dos trabalhadores na vida política nacional, desde que haja um grau suficiente de organização para se caminhar da percepção da oportunidade para a ação coletiva.<sup>53</sup> A socióloga francesa Sabine Erbès-Seguín apresenta um argumento semelhante, alegando que os períodos de crise, representando uma mudança política e social no equilíbrio das forças, situam as exigências sindicais na arena mais ampla do conflito social. Estas não modificam, por si mesmas, o equilíbrio das forças; é o seu impacto político que pode, potencialmente, levar a uma mudança no discurso dominante sobre a sociedade.<sup>54</sup>

Estas contribuições teóricas ajudam a situar o relacionamento entre o PT e os sindicatos no contexto da transição brasileira. Embora a alternância entre as estratégias que envolvem incentivos materiais e as que envolvem incentivos “intencionais” ou políticos seja uma característica comum das relações trabalhistas em qualquer período histórico, o fato de que ocorreu uma acumulação de recursos suficiente nos primeiros estágios da transição possibilitou formas posteriores de mobilização dos trabalhadores, que

---

<sup>53</sup> Edward Shorter e Charles Tilly, *Strikes in France: 1830-1968*, cit., p. 345.

<sup>54</sup> Sabine Erbès-Seguín, “Les deux champs de l’affrontement professionnel”, *Sociologie du Travail* 18 (abril-junho de 1976), p. 121-38.

tiveram importantes repercussões políticas. Parece claro que o período de transição corresponde à concepção de Shorter e Tilly de “momento crítico” e à concepção de crise formulada por Seguin. Em meados da década de 80, a mobilização sindical, bem como o problema da justiça distributiva que ela levantou, tornaram-se questões políticas cruciais. A formação do PT e da CUT forneceu uma base institucional para a luta que visava colocar estes temas entre os mais centrais da transição democrática.